

CATÁSTROFES NATURAIS EM DEBATE

MARIA LUÍSA RODRIGUES⁽¹⁾

JOSÉ LUÍS ZÊZERE⁽¹⁾

Nesta década, dedicada ao estudo e prevenção das catástrofes naturais pela Organização das Nações Unidas, têm-se multiplicado as declarações e reuniões internacionais sobre a temática. Contudo, mesmo o observador pouco informado pode constatar que os progressos que se têm verificado ao nível da investigação científica, no sentido da determinação dos factores físicos e humanos que estão na base da sua ocorrência, não têm sido acompanhados, ao mesmo ritmo, pela implementação de medidas práticas.

A ausência destas medidas verifica-se na esfera das decisões nacionais, regionais ou locais, impedindo a redução de forma efectiva das consequências catastróficas de certos fenómenos naturais. Estão ainda bem presentes na memória os efeitos catastróficos do sismo ocorrido na Índia a 30 de Setembro de 1993 e que provocou mais de 30 mil mortos, ou as consequências das cheias ocorridas na ilha da Madeira de 29 para 30 de Outubro de 1993, com 5 mortos, 3 desaparecidos, mais de quatro centenas de desalojados e prejuízos calculados em cerca de 6,5 milhões de contos.

No nosso país quase nada se tem avançado com vista a integrar no planeamento e ordenamento territorial os conhecimentos disponibilizados pelos investigadores nacionais e estrangeiros que se dedicam à

(1) Assistentes da Faculdade de Letras de Lisboa, colaboradores do Centro de Estudos Geográficos - Alameda da Universidade, 1699 Lisboa Codex - Tel. (3511) 794 02 18 - Fax (3511) 793 86 90.

temática dos riscos e catástrofes naturais. De facto, se retirarmos o trabalho desencadeado após as cheias ocorridas na região de Lisboa, em 1983, o restante esforço deve-se a organismos ou investigadores individuais e o seu aproveitamento em termos de prevenção de potenciais catástrofes naturais, ou simplesmente não existe, ou é fruto mais de pressões exercidas a nível pessoal ou empresarial do que o resultado de uma opção consciente ao nível das políticas de gestão e ordenamento do território.

Face a este quadro é de realçar a iniciativa conjunta da Ordem dos Engenheiros e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ao organizarem um *Simpósio sobre Catástrofes Naturais – estudo, prevenção e protecção*, que decorreu no LNEC, em Lisboa, de 8 a 10 de Novembro de 1993.

Com um total de 360 inscrições, contou com a presença de cerca de uma centena de investigadores ligados ao ensino superior e a outros organismos com forte componente de investigação (com destaque para os pertencentes ao LNEC); a participação de 80 técnicos ligados a autarquias (com grande peso da Câmara Municipal de Lisboa), serviços de protecção civil e organismos de planeamento regional; a inscrição de cerca de meia centena de técnicos de serviços e empresas públicos, bem como cerca de 30 pessoas ligadas a empresas privadas.

É ainda de realçar a participação de áreas laborais que costumam estar ausentes neste tipo de iniciativas em Portugal, como sejam representantes de corporações de bombeiros e, particularmente, cerca de meia centena de profissionais ligados à banca e seguros. A sua presença reflecte, por um lado, o interesse prático dos estudos sobre catástrofes naturais e, por outro, as implicações económicas em termos dos custos associados aos prejuízos provocados pela sua ocorrência.

A organização optou por não abrir o simpósio à participação activa dos inscritos, tendo os intervenientes sido convidados para desenvolver os aspectos considerados relevantes. Este foi talvez o aspecto menos conseguido deste simpósio, não tanto pela metodologia adoptada, mas porque, sendo a reunião promovida por engenheiros, quase todos os convidados pertenciam à mesma área científica o que não reflectiu a riqueza, em termos de formação e experiência profissional, dos inscritos na reunião.

Os temas abordados foram organizados em seis grandes conjuntos: sismos, cheias e inundações, incêndios florestais, incêndios urbanos, secas e tecnologias de reconstrução após catástrofes.

No tema dedicado aos sismos referiram-se aspectos relacionados com a tectónica e actividade sísmica em Portugal, tendo também sido apresentada uma definição de cenários de danos no contexto de estudos de microzonagem sísmica para a cidade de Lisboa. Para além disso, foram abordadas questões de carácter mais geotécnico como a avaliação do potencial de liquefacção dos solos e os efeitos locais de amplificação sísmica.

No que respeita às cheias e inundações foi apresentada uma caracterização das áreas sujeitas a risco de cheias em Portugal e particularizada a situação de ruptura de barragens. Foram apontadas, ainda, soluções estruturais e não estruturais para a prevenção e controlo de cheias numa óptica de gestão integrada das áreas inundáveis.

A propósito dos incêndios florestais foram apresentadas comunicações sobre a caracterização do fogo e de alguns dos factores que o influenciam, com particular destaque para o vento e a topografia. Foi realçado o interesse da cartografia como indicador de risco de incêndio florestal, bem como a possibilidade de utilizar o fogo controlado na sua prevenção. Por último, referiram-se alguns impactes deste tipo de catástrofe, nomeadamente no que respeita aos seus efeitos ecológicos.

Os incêndios urbanos foram abordados essencialmente numa perspectiva de análise da regulamentação e normas disponíveis no campo da segurança dos edifícios e populações.

O tema relacionado com as secas foi encarado na dupla perspectiva da sua caracterização e possibilidade de previsão e da necessidade de uma correcta gestão da água, principalmente em termos de usos agrícolas.

A discussão em torno das tecnologias de reconstrução após catástrofes centrou-se na reabilitação de fundações, estruturas e monumentos. Para além disso, foram focados dois casos particulares relacionados com a recuperação da área do Chiado e reconstrução posterior ao sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980.

Aos participantes no simpósio foi disponibilizado um volume contendo o texto das comunicações apresentadas oralmente.